

A INTERFERÊNCIA DO MACHISMO ESTRUTURAL NO PROCESSO DE SUCESSÃO INTERGERACIONAL EM PROPRIEDADES RURAIS

THE INTERFERENCE OF STRUCTURAL MACHISMO IN THE INTERGENERATIONAL SUCCESSION PROCESS ON RURAL PROPERTIES

Alice Munz Fernandes¹

Luana Tarouco Piecha²

Aline Neutzling Brum³

Alexandre Antunes Brum⁴

Maria Helena Mena Dutra⁵

Cíntia Saydelles da Rosa⁶

Resumo: As discussões sobre desigualdade de gênero têm ganhado destaque nas últimas décadas, porém o meio rural ainda apresenta desafios relacionados à permanência de estruturas patriarcais que influenciam as relações sociais e produtivas. Nesse contexto, a presente pesquisa teve como objetivo analisar a maneira como ocorre o processo de sucessão intergeracional em propriedades rurais do município de Dom Pedrito/RS, considerando as relações de gênero e seus possíveis impactos para as mulheres no contexto do machismo estrutural. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa e exploratória operacionalizada por meio da realização de entrevistas semiestruturadas junto a cinco mulheres que passaram pelo processo de sucessão intergeracional em propriedades rurais no

-
- 1 Universidade Federal do Pampa
 - 2 Universidade Federal do Pampa
 - 3 Universidade Federal do Pampa
 - 4 Universidade Federal do Pampa
 - 5 Universidade Federal do Pampa
 - 6 Universidade Federal do Pampa



município analisado. Por meio de uma análise qualitativa de conteúdo, os resultados demonstraram que o processo de sucessão ocorreu de modo gradual e com apoio familiar, especialmente da figura paterna. Os achados também apontaram a incidência de desafios relacionados a necessidade constante das respondentes em legitimar suas competências, na incidência de desconfiança por parte dos homens em relações de negócio, bem como a adaptação de comportamentos para conquistar respeito em um ambiente historicamente masculinizado. As contribuições da pesquisa respaldam-se em evidenciar que mesmo mulheres herdeiras de famílias tradicionais e com elevado poder aquisitivo enfrentam situações de preconceito em função do gênero no meio rural, reverberando uma lacuna importante para o desenvolvimento de uma sociedade igualitária e justa.

Palavras-Chave: Agronegócio. Sucessão Rural. Papéis de Gênero.

Abstract: Discussions about gender inequality have gained prominence in recent decades, but rural areas still present challenges related to the persistence of patriarchal structures that influence social and productive relations. In this context, this research aimed to analyze how the intergenerational succession process occurs on rural properties in the municipality of Dom Pedrito/RS, considering gender relations and their possible impacts on women within the context of structural sexism. To this end, a qualitative and exploratory study was conducted, operationalized through semi-structured interviews with five women who went through the intergenerational succession process on rural properties in the analyzed municipality. Through a qualitative content analysis, the results demonstrated that the succession process occurred gradually and with family support, especially from the paternal figure. The findings also pointed to the incidence of challenges related to the respondents' constant need to legitimize their competencies, the incidence of distrust on the part of men in business relationships, as well as the adaptation of behaviors to gain respect in a historically masculinized environment. The research contributions are based on highlighting that even women who are heirs to traditional families with high purchasing power face situations of prejudice due to their gender in

rural areas, reflecting an important gap for the development of an egalitarian and just society.

Keywords: Agribusiness. Rural Succession. Gender Roles.

Introdução

As transformações sociais e culturais ocorridas nas últimas décadas possibilitaram maior participação das mulheres no mercado de trabalho e em espaços de liderança (Rossato; Zonatto; Dalla Nora, 2023; Siqueira; Santana; Saldanha, 2025). Contudo, a herança patriarcal ainda continua representando barreiras significativas, especialmente em contextos historicamente marcados pela divisão sexual do trabalho e questões de gênero (Bruschini; Lombardi, 2000).

Estudo recentes evidenciam que mesmo em cenários urbanos contemporâneos, as mulheres enfrentam desafios em função do gênero, tais como múltipla jornada, subvalorização de suas capacidades e desigualdade de oportunidade no mercado de trabalho (Bertoletti; Fernandes, 2024; Cruz et al., 2025). Essa discrepância tende a estar associada à permanência de valores tradicionais advindos de uma sociedade historicamente patriarcal na qual reforça-se, mesmo que implicitamente, a supremacia masculina (Machado, 1996; Nascimento, 2022; Oliveira; Mattos, 2025).

Nesse sentido, tem-se o machismo estrutural como um fenômeno histórico complexo e que ainda se mostra presente na contemporaneidade (Carneiro; Souza, 2024). Em essência, entende-se machismo estrutural como sendo a “construção, organização, disposição e ordem dos elementos do corpo social, que sustenta a dominação patriarcal e a opressão feminina”, na qual há hierarquização dos atributos masculinos em relação aos femininos e a normalização disso mediante as instituições sociais (família, escola, governo, etc.) (Policarpo, 2023: 15).

No meio rural essas disparidades de gênero tendem a se apresentar de forma mais acentuadas e desde a infância, evidenciando a divisão sexual do trabalho agrícola (Durán, 2000; Herrera et al., 2024), a diferenciação de condições de vida, de tratamento, de reconhecimento, de remuneração,

de autonomia e de oportunidades entre homens e mulheres na agricultura (Schneider et al., 2020), acarretando a supremacia masculina (Narvaz; Koller, 2006). Estes aspectos integram as dinâmicas sociais agrícolas de múltiplos países, incluindo do Brasil (Stochero; Pinto, 2023; Da Costa; Das Chagas Quintana, 2024).

Estudos realizados no Rio Grande do Sul indicam que apenas 29% das pessoas ocupadas em atividades agropecuárias, florestais e pesqueiras são mulheres, enquanto 71% são homens, o que destaca a persistente desigualdade de participação feminina no setor (Rio Grande do Sul, 2021a). Evidencia-se ainda que a sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados somada a menor escolaridade entre mulheres rurais reforça a sua condição de subordinação e invisibilidade econômica e contribui para a perpetuação de desigualdades históricas de gênero (Rio Grande do Sul, 2021b; Stochero; Pinto, 2023).

Essa realidade se expressa de forma intensa no processo de sucessão intergeracional das propriedades familiares, onde o pai (patriarca da família) é visto como uma figura central detentora de poder e autoridade para decidir quando e como ocorrerá a transmissão de responsabilidades para a próxima geração (Costa, 2010). Assim, os filhos homens são geralmente considerados os herdeiros legítimos enquanto as filhas mulheres permanecem invisíveis, apesar de sua atuação nas atividades produtivas (Paulilo, 2004; Brumer, 2004; Schneider et al., 2020). Essa exclusão não ocorre de forma isolada mas como reflexo de um machismo estrutural, que naturaliza a primazia masculina na gestão e na posse da terra (Breitenbach; Corazza, 2020; Bringel et al., 2024; Dos Santos Júnior, 2024).

Apesar do expressivo número de pessoas envolvidas em atividades agropecuárias (cerca de 15 milhões no Brasil) tem-se uma disparidade quanto a gestão dos estabelecimentos rurais, dos quais somente 19% são liderados por mulheres (IBGE, 2017). Portanto, mesmo que a sociedade esteja em constante transformação, as atividades econômicas e a organização da estrutura social, sobretudo no ambiente rural, ainda continuam sendo controladas por valores patriarcais que se perpetuam ao longo do tempo (Beauvoir, 2009).

Dentre estes aspectos tem-se que “a desigualdade de gênero na sucessão de terras no meio

rural brasileiro persiste, apesar dos avanços legais e dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil” (Buhler et al., 2025: 1). Embora aparatos institucionais impostos por legislação assegurem a igualdade de direitos em caso de sucessão intergeracional, práticas culturais persistem e mantêm-se limitando o acesso das mulheres à gestão de propriedades rurais (Signori, 2017; Bringel et al., 2024). Há padrões intrinsicamente associados ao patriarcado nos quais os pais atribuem maior confiança aos herdeiros homens para gerenciar a propriedade e ser responsável por terras e recursos, o que interfere diretamente no processo sucessório intergeracional e limita a inserção política e social da mulher (Tasso; Spanevello, 2022).

Sob esse preâmbulo, o êxodo rural feminino configura-se como um fenômeno migratório multifacetado e potencialmente decorrente da falta de valorização e reconhecimento da mulher no meio rural. Fatores como a sucessão intergeracional dos estabelecimentos agropecuários, a divisão sexual do trabalho e a invisibilidade do trabalho feminino têm provocado a intensificação da masculinização do espaço rural brasileiro (Camarano; Abramovay, 1999; Brumer, 2004).

Como consequência, a população rural vem reduzindo significativamente ao longo dos anos, sendo que, de maneira geral, as mulheres permanecem menos no campo. No Brasil, 11,56% das mulheres residem no meio rural, ao passo que no Estado do Rio Grande do Sul essa proporção cai para 11,45%. No município de Dom Pedrito/RS tal discrepância é ainda maior visto que somente 7,03% das habitantes residem no campo (IBGE, 2022). Diante disso, a pesquisa realizada teve como objetivo analisar a maneira como ocorre o processo de sucessão intergeracional em propriedades rurais do município de Dom Pedrito/RS, considerando as relações de gênero e seus possíveis impactos para as mulheres no contexto do machismo estrutural.

Revisão de literatura

Machismo estrutural e papel da mulher no meio rural

Sob o aspecto sociocultural, o gênero está relacionado a uma estrutura de poder presente

em sociedades patriarcais, nas quais as mulheres ocupam posições historicamente desfavorecidas (Machado, 1996). O debate sobre o binarismo de gênero leva em consideração a maneira como as relações sociais se estruturam e se manifestam, pautadas na diferença entre os sexos (masculino e feminino) e embasando práticas educativas, religiosas e culturais que legitimam comportamentos e normatizam ações (Carneiro; Souza, 2024).

Essa estrutura se mantém pela dominação masculina, construída e reproduzida socialmente, resultando em relações desiguais de poder entre homens e mulheres, inferiorizando-as (Nascimento, 2022; Oliveira; Mattos, 2025). Tal dinâmica se manifesta não apenas de forma explícita, mas também por meio da naturalização de desigualdades, o que reforça e legitima a hegemonia masculina (Saffioti, 2004). Nesse contexto, estudos realizados por Costa, Camargo e Narvaz (2018) evidenciam que nas áreas rurais as mulheres enfrentam ainda mais barreiras para romper com as estruturas de dominação. As autoras destacam as precariedades dos equipamentos institucionais de enfrentamento a violência e a dificuldade de acesso à políticas públicas orientadas à promoção da igualdade de gênero.

Esse cenário de exclusão histórica se reflete também no reconhecimento tardio das mulheres como trabalhadoras rurais, uma vez que foi somente a partir da Constituição Federal de 1988 que estas passaram a ter acesso a direitos e benefícios previdenciários até então garantidos somente aos homens. Tal conquista decorre da mobilização empregada por mulheres em espaço político a fim de enfrentar a desigualdade de gênero e romper com estruturas patriarcais profundamente enraizadas no meio rural (Sales, 2007).

Destaca-se que ainda na década de 1980, especialmente no Rio Grande do Sul, ocorreram marcos significativos que caracterizam este processo, como a incorporação de representantes femininas nos encontros de lideranças sindicais promovidos pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado (FTAG-RS), em 1981. No ano seguinte foi realizado o Primeiro Congresso das Mulheres Agricultoras do Rio Grande do Sul, que resultou na produção da Cartilha da Mulher Trabalhadora, a qual indagava a partir de um posicionamento crítico sobre o conceito de unidade familiar e de chefia de família. Tais termos estavam presentes na legislação e discriminavam as mulheres, negando-lhes

direitos básicos, como a aposentadoria (Lima Rode, 2023).

Apesar dessa dinâmica excludente e preconceituosa, as mulheres rurais têm ampliado sua participação no setor produtivo e econômico nas últimas décadas, tanto que a nível mundial aproximadamente 50% da produção dos alimentos básicos são provenientes do trabalho feminino no campo (Melo, 2006). Essa contribuição transcende a mera participação nas atividades agrícolas, pois as mulheres também são responsáveis pela preservação dos saberes tradicionais, que se manifestam nas técnicas de produção, nos tratamentos homeopáticos e nos valores morais que sustentam a cultura e os modos de vida no meio rural (Carneiro, 2001). Logo, sua atuação multifacetada evidencia que mesmo diante das relações desiguais de poder impostas pelo machismo estrutural (Saffioti, 2004), as mulheres exercem um papel central tanto para o desenvolvimento de atividades econômicas quanto para a reprodução social no meio rural (Costa; Camargo; Narvaz, 2018).

Historicamente, as relações sociais foram estruturadas a partir de um modelo patriarcal, no qual os homens ocupam posições de poder nas esferas familiar, social e econômica. Assim, estabelecem-se relações de gênero hierarquizadas que influenciam a distribuição de oportunidades e de recursos (Narvaz; Koller, 2009). Apesar dos avanços em relação à igualdade de gênero, essa estrutura ainda se mantém presente, sendo reforçada por valores culturais transmitidos entre gerações. Estes limitam a participação feminina e fortalecem a autoridade masculina nas decisões familiares e produtivas, legitimando tais comportamentos na sociedade (Neves; Sebastiani; Oliveira, 2021; Bringel et al., 2024). Ademais, estudos indicam ainda que a desigualdade de gênero na sucessão de terras no Brasil ainda persiste, mesmo diante de marcos institucionais que asseguram igualdade formal de direitos (Signori, 2017; Buhler et al., 2025).

A divisão sexual do trabalho também constitui um dos principais mecanismos de reprodução das desigualdades de gênero nas sociedades contemporâneas. Esse conceito se refere à distribuição diferenciada de tarefas e responsabilidades entre homens e mulheres, baseada em construções sociais que atribuem funções específicas à cada gênero (Bruschini; Lombardi, 2000).

Em uma perspectiva histórica, o papel da mulher no meio rural é caracterizado por lutas

em prol de direitos e pela contínua busca por reconhecimento e valorização. Apesar de sua relevante participação e contribuição para o desenvolvimento rural, as desigualdades e a discriminação de gênero figuram como temáticas inerentes ao cenário rural brasileiro, ainda na contemporaneidade (Quintana, 2025). Ou seja, argumenta-se que mesmo diante de avanços em múltiplos contextos, inclusive no âmbito sociocultural, a herança de uma sociedade patriarcal reproduzida entre as gerações, condiciona a participação feminina nas atividades produtivas e reforça a autoridade dos homens (Narvaz; Koller, 2006; Neves; Sebastiani; Oliveira, 2021), de maneira mais evidente no cenário rural (Bringel et al., 2024).

Ao abordar os papéis sociais desempenhados pelas mulheres no espaço rural reconhece-se seus contributos para a produção econômica familiar, baseada sobretudo nas dinâmicas de trabalho, na execução de atividades agrícolas, na organização familiar e no desempenho de atividades de cuidado à família (Silva; Mendes, 2015). Logo, analisar as relações de gênero é essencial para refletir sobre a realidade das mulheres na sociedade rural (Magnus, 2024), a qual está atrelada a reivindicações pela visibilidade e valorização de seu trabalho (Menasche; Escher, 1996).

Apesar das mulheres participarem ativamente das dinâmicas produtivas das propriedades rurais, o trabalho feminino frequentemente permanece invisibilizado ou é percebido como complementar ou ainda auxílio (Silva; Mendes, 2015). Essa multiplicidade de funções contribui para a intensificação da jornada de trabalho feminina e para a dificuldade de reconhecimento social e econômico de sua atuação laboral (Magnus, 2024). Assim, as mulheres são incumbidas pelos cuidados da família e afazeres domésticos, considerados naturalmente de responsabilidade feminina, enquanto os homens são vistos na esfera produtiva e econômica desempenhando atividades ditas como de maior valor social (Matos; Albuquerque, 2023).

Mesmo contribuindo significativamente para a produção familiar não é incomum que as mulheres permaneçam excluídas das decisões estratégicas e do reconhecimento formal de seu trabalho (Menasche; Escher, 1996). Esses fatores associados às restrições de participação econômica e social contribuem para a migração feminina para áreas urbanas, intensificando o processo de masculinização

do espaço rural brasileiro (Camarano; Abramovay, 1999; Brumer, 2004).

Processo de sucessão intergeracional em propriedades rurais

O processo de sucessão intergeracional representa um dos momentos mais complexos de uma família, haja vista que envolve aspectos relacionados a competitividade da organização e a incidência de conflitos intra/interfamiliares (Marques; Silva, 2022). Logo, a transferência intergeracional de propriedades rurais está diretamente associada à permanência das atividades agrícolas e a manutenção das comunidades rurais (Ramborger et al., 2022).

De acordo com Costa (2010), a sucessão envolve a formação de novas gerações de produtores rurais e contempla três componentes principais, quais sejam: (i) a transferência patrimonial; (ii) a continuidade das atividades profissionais da geração anterior, e; (iii) o afastamento gradativo das gerações mais velhas da gestão do patrimônio. Segundo o autor, este processo ocorre de maneira gradativa e respalda-se em elementos culturais que legitimam as escolhas e os procedimentos empregados a fim de assegurar que ao menos um dos herdeiros assegure o prosseguimento da unidade produtiva e a manutenção do patrimônio da família.

Conforme Garcez (2011), a população rural apresenta forte apego as tradições transmitidas através das gerações, especialmente no que se refere a sucessão familiar. Sob essa perspectiva, o autor identifica três principais regras sociais que orientam a sucessão familiar no meio rural, quais sejam: (i) a primogenitura, segundo a qual o herdeiro da propriedade rural seria o primeiro filho homem do casal; (ii) o minorado, que se opõe a primogenitura e que concede ao filho caçula o direito à herança da propriedade e a obrigação de cuidar dos pais na velhice, e; (iii) a capacidade técnica, no qual o herdeiro seria aquele com melhores condições de trabalhar e administrar a terra, garantindo o melhor aproveitamento produtivo.

De acordo com Garcez (2011), a partir das três sistemáticas relacionadas ao processo de sucessão intergeracional de propriedades rurais, somente um indivíduo era escolhido como sucessor,

o que não ocasionava a fragmentação da área rural e garantia a permanência da unidade produtiva. Em adição, tem-se que o poder patriarcal, que se mantém hierárquico e central na definição das decisões familiares, figura como um aspecto determinante no processo sucessório (Costa, 2010).

Outro elemento a ser destacado no âmbito de estudos de sucessão intergeracional no meio rural diz respeito a discriminação de gênero, a qual intensifica os desafios ante ao reconhecimento e a valorização das capacidades das mulheres em gerenciar a propriedade e assegurar a permanência das atividades agrícolas (Rodigheri; Grzybovski; Da Silva, 2023). Assim, “os homens têm mais oportunidades para construir sua autonomia produtiva e financeira, enquanto as mulheres enfrentam discriminação e restrições, exacerbadas por uma divisão desigual do trabalho doméstico e de cuidados” (Silva; Monteiro; Araújo, 2025, p. 08).

Nesse contexto, observa-se que a permanência da mulher na propriedade rural muitas vezes depende de sua condição matrimonial. Essa situação é corroborada pelo fato de que não é incomum mulheres jovens residentes no meio rural contraírem matrimônio precocemente com o intuito de deixarem a tutela do pai e conquistarem certo grau de ‘liberdade’ (Wanderley, 2007). Como a posse da terra e o controle sobre as decisões produtivas permanecem vinculadas a figura masculina, o casamento também é visto como um modo a partir do qual os maridos assumem a gestão das propriedades. Tal situação revela a permanência de uma lógica patriarcal que subordina o papel da mulher, restringindo sua autonomia e contribuindo para a invisibilidade do seu trabalho no meio rural (Arnauld de Sartre et al., 2013).

Procedimentos metodológicos

O estudo realizado caracteriza-se como aplicado quanto a sua natureza, exploratório no que concerne a finalidade e qualitativo acerca da abordagem. Para a operacionalização os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, que são amplamente utilizadas para entender fenômenos sociais (Marconi; Lakatos, 2003) pois possibilitam identificar opiniões crenças, valores,

percepções e comportamentos (Gil, 2008).

O instrumento de coleta de dados empregado foi um roteiro de entrevista elaborado com base em Scalon (2021), Glesse (2022) e Vasconcelos (2022). As respondentes consistiram em cinco mulheres que passaram pelo processo de sucessão intergeracional e que atualmente possuem a posse e exercem a gestão de propriedades rurais no município de Dom Pedrito/RS. O processo de seleção das participantes ocorreu por acessibilidade e conveniência, que é adequada e frequentemente utilizada para geração de ideias em pesquisas exploratórias, principalmente (Oliveira, 2001).

As entrevistas foram realizadas tanto presencialmente quanto via videoconferência entre os dias 18 de março e 29 de abril de 2026, em consonância com a disponibilidade e preferência das respondentes. Os áudios das entrevistas foram gravados com a permissão das participantes da pesquisa e posteriormente transcritos. Destaca-se ainda que o anonimato das respondentes foi assegurado, denotando a observância com os aspectos éticos inerentes às investigações científicas. Em seguida, os dados coletados foram analisados por meio de análise qualitativa de conteúdo empregando o método analítico proposto por Bardin (2016), que por meio de procedimentos claros, possibilita explorar os sentidos e significados atribuídos à determinado fenômeno pelos participantes da pesquisa.

Posteriormente, os resultados obtidos foram contrastados com achados advindos de outras investigações científicas e comparados com aspectos teóricos relacionados a gestão do agronegócio, ao processo sucessório no meio rural, bem como às questões de gênero e de estruturação social. Para auxiliar na sintetização de informações foram utilizadas representações visuais.

Análise e discussão dos resultados

Caracterização das respondentes

Em relação ao perfil das participantes da pesquisa, tem-se que todas declararam possuir o nível de instrução formal correspondente ao Ensino Superior completo. Entretanto, somente uma das respondentes possui formação superior em um curso associado à área de produção agrícola, o

que demonstra liberdade e autonomia de decisão quanto a sua formação profissional. A faixa etária mostrou-se heterogênea, bem como as atividades econômicas exercidas nas propriedades rurais, conforme demonstra-se no Quadro 1.

Quadro 1 – Perfil das respondentes

Respondentes	Faixa etária	Estado civil	Tem irmão	Atividade econômica da propriedade
Respondente A	De 31 a 40 anos	Namorando	Sim, dois	Grãos e bovinocultura de corte
Respondente B	De 26 a 30 anos	Namorando	Não	Grãos e bovinocultura de corte
Respondente C	De 26 a 30 anos	Namorando	Sim, uma	Ovinocultura
Respondente D	Até 25 anos	Solteira	Não	Bovinocultura e ovinocultura de corte
Respondente E	De 51 a 60 anos	Solteira	Não	Grãos e bovinocultura de corte

Fonte: resultados da pesquisa (2026).

Evidencia-se que nenhuma das participantes da pesquisa é casada ou está em união estável. Outra coincidência constatada no estudo corresponde ao perfil das propriedades rurais, que são de grande porte. Além disso, destaca-se que todas as respondentes integram famílias tradicionais do município de Dom Pedrito/RS e de elevado poder aquisitivo. De acordo com Lemenhe (1995), Monteiro (2009) e Vilhena (2011), as famílias tradicionais geralmente possuem maior poder político, recursos financeiros e nível de influência em determinada sociedade, o que decorre de aspectos socioeconômicos e culturais que caracterizam os territórios, sobretudo no contexto rural.

De igual modo, tem-se que as atividades econômicas desempenhadas nas propriedades das respondentes configuram-se como sendo historicamente tradicionais em Dom Pedrito/RS. A exploração pastoril por meio da bovinocultura de corte antecede a distribuição de terras na região através das sesmarias (Reverbel, 1986). Por sua vez, a ovinocultura também adquiriu destaque ao longo do tempo de maneira paralela a produção de grãos, sobretudo soja e arroz (Viana; Silva, 2020),

culturas junto as quais o município responde como sendo um dos maiores produtores nacionais (MAPA, 2024).

Processo sucessório intergeracional

No que diz respeito aos processos sucessórios intergeracionais que culminaram na posse e gestão das propriedades rurais pelas respondentes, os achados obtidos demonstram que estes ocorreram de maneira gradual. Ou seja, ao longo do tempo, as participantes da pesquisa foram sendo inseridas nas dinâmicas das atividades rurais e dos processos decisórios, evidenciando o envolvimento familiar neste processo. Oliveira e Filho (2018: 17) destacam que apesar de cada família possuir suas próprias particularidades, como quantitativo de indivíduos envolvidos, realidade econômica e interesses individuais, por exemplo, a participação gradual do filho no gerenciamento das atividades rurais oportuniza que o interesse acerca do futuro do negócio se intensifique e que habilidades sejam desenvolvidas.

Na concepção de Fisher e Burton (2014), existem três processos importantes na transferência geracional. O primeiro refere-se à construção de identidades sucessoras, que ocorre quando os indivíduos, desde a infância, se inserem nos processos de identificação com o meio rural. Por sua vez, o segundo processo diz respeito a maneira como as crianças podem se envolver progressivamente na hierarquia do trabalho agrícola e na tomada de decisão. Não obstante, o terceiro processo trata de trajetórias de negócios decorrentes de mudanças na propriedade em função da influência do potencial sucessor.

Assim, tendo em vista os resultados obtidos, verifica-se que a sucessão intergeracional ocorreu sem entraves. Isso pode ser explicado, em partes, pelo fato de as respondentes em sua maioria não possuírem irmãos e, portanto, serem as únicas herdeiras legítimas das propriedades. A Respondente A relata que em decorrência do adoecimento de seu pai, se inseriu nos negócios familiares, pois seu único irmão nunca demonstrou interesse pelo meio rural. Portanto, de forma gradual e não planejada,

foi assumindo o gerenciamento das atividades rurais, tornando-se protagonista na propriedade rural após o falecimento do patriarca.

O estreitamento de laços entre pai e filha também foi um elemento importante para que a Responde D desenvolvesse apreço pelas atividades rurais. Esta relata que “quando eu tinha oito anos minha mãe faleceu e desde então eu comecei a ajudar o meu pai”. Nesse sentido, Gasson e Errington (1993) apontam que conciliar o funcionamento de empreendimentos rurais com a lógica de sua gestão familiar requer harmonizar a busca pela maximização do lucro considerando além da remuneração do capital empregado, a manutenção de valores e objetivos de longo prazo, a estabilidade familiar e a permanência de um legado.

A literatura consolida-se no que diz respeito a importância de preparar os filhos para o processo de sucessão intergeracional, reconhecendo a pertinência da valorização das atividades desenvolvidas por parte dos pais para que os sucessores desejem permanecer no meio rural (Tolotti; Kruger; Petri, 2018; Brizzolla et al., 2020; Foguesatto et al., 2020; Diamor; Sudré, 2021). Entre as principais motivações para a sucessão familiar rural tem-se o apreço a profissão e a vida no campo, o aspecto financeiro e o planejamento da sucessão intergeracional na propriedade rural (Volpato; Viera; Zili, 2018).

Por sua vez, o estreitamento do vínculo paterno apontado pela Respondente B ocorreu em função de seu retorno ao seio familiar após formada. Ela aponta que “meu pai tinha uma propriedade aqui e, quando voltei, decidi me envolver no negócio”. Essa fala retrata um elemento comum relacionado ao êxodo rural da juventude, geralmente associado a busca por maior nível de escolaridade e renda (Costa, 2011; Breitenbach; Corazza, 2020) e a falta de atrativos para a permanência do jovem no meio rural (Almeida et al., 2025). Tal situação evidencia-se de maneira mais acentuada entre jovens mulheres que estão mais suscetíveis ao controle social por sua condição de gênero (Brumer, 2007; Neves; Schneider, 2015; Weisheimer, 2019).

A conscientização para permanência dos jovens no campo vem adquirindo espaço nas discussões relacionadas ao desenvolvimento rural, evidenciando que a sucessão rural, por vezes,

pode estar comprometida também em decorrência da utopia de uma vida melhor, sobretudo do ponto de vista financeiro, no meio urbano (Foguesatto et al., 2016). Em consonância, Castro (2016) afirma que ainda na contemporaneidade, não é incomum que os jovens percebam no meio rural a existência de múltiplas barreiras para a sua independência e possibilidades de escolha.

Não obstante, Mendes e Reis (2010) enfatizam que a família apresenta um papel importante para a tomada de decisão dos jovens. Os autores apontam que é por meio da valorização familiar que os indivíduos conquistam espaço no ambiente produtivo, sendo estimulados a permanecer no campo haja vista que o trabalho executado proporciona tanto o reconhecimento simbólico quanto recursos materiais, influenciando diretamente no processo decisório do jovem rural. Nesse contexto, a Respondente C reportou afirmou acompanhar as atividades rurais familiares por apreço. Em função do falecimento de seu pai, assumiu os negócios rurais juntamente com a mãe. Apesar de ter uma irmã que reside distante já há alguns anos, “como eu sou mais do campo [...] quando meu pai faleceu eu assumi tudo, minha mãe já não tem mais idade” (Respondente C).

Ao contrário das demais participantes da pesquisa, que sucederam a figura paterna na posse e gestão das propriedades rurais, a Respondente E foi sucessora de sua mãe. Nesse sentido, relata que: “meu avô era quem administrava tudo e, quando ele faleceu, minha mãe assumiu a propriedade. Eu a ajudava de longe e, conforme ela ia ficando mais velha e eu já estava formada, acabei assumindo toda a gestão da propriedade” (Respondente E).

Nesse ínterim, a Respondente E enfatiza que a primeira mulher a frente da propriedade foi a sua mãe, ao passo que a Respondente B argumenta que “a propriedade era da sua avó, que era quem administrava tudo”. Esse panorama demonstra a presença feminina anterior na administração das propriedades rurais, ainda em gerações que consideravam a agricultura uma atividade essencialmente masculinizada (Anjos; Caldas, 2005). Nesse ínterim, tem-se que no Rio Grande do Sul, 87,9% dos proprietários de estabelecimentos agropecuários são homens e apenas 12,1% são mulheres (IBGE, 2017). Já as Respondentes A, C e D afirmam serem as primeiras mulheres responsáveis por propriedades e atividades rurais, evidenciando mudanças recentes na ocupação de espaço de

liderança no meio rural.

De maneira geral, os achados ressaltam que o apoio familiar teve papel fundamental na permanência das sucessoras no meio rural. Sob essa perspectiva, a Respondente B comenta que “apesar das minhas inseguranças pessoais, recebi o apoio 100% do meu pai para entrar no negócio”. Esse fator figura como essencial para o fortalecimento da confiança das sucessoras no processo de sucessão. Atualmente, as mulheres são responsáveis pela gestão de 19% dos estabelecimentos agropecuários do país, cerca de 947 mil unidades produtivas, assumindo cada vez mais seu protagonismo nas atividades agropecuárias (IBGE, 2017).

Machismo estrutural

As entrevistadas demonstram que o machismo estrutural está presente no meio rural, mesmo que por vezes implicitamente, e influencia diretamente a atuação das mulheres sucessoras. As participantes da pesquisa relataram dificuldades para serem reconhecidas como gestoras das propriedades, enfrentando desconfiança, preconceito e diferença no tratamento em relação aos homens. Como exemplo, tem-se a falta da Respondente B que afirma que “percebo que a confiança não é a mesma, por exemplo, ao tratar algo com o meu namorado e comigo”.

Situação similar foi relatada pela Respondente C, ao expor que em uma negociação em que seu namorado estava presente, seu interlocutor dirigiu-se somente a ele. Complementa ainda que “não me refiro que ele não possa negociar, mas fica muito evidente a diferenciação entre nós [...] são coisas que sinto bastante, como se eu não tivesse a capacidade de tratar o negócio”. Além da atenção destinada ao namorado em detrimento a si própria enquanto gestora da propriedade, a Respondente C enfatiza ainda que:

Tenho credibilidade na cidade por ser filha do fulano, eu nunca sou reconhecida como a beltrana que administra a propriedade tal. As pessoas que me respeitam ou com quem eu faço negócio sempre acabam comentando que é por conta do vínculo que tiveram com o meu pai. Tenho certeza de que se não

fosse isso, seria muito difícil (Respondente C).

De acordo com a FAO (2021), historicamente a participação pouco expressiva da mulher no agronegócio decorre de justificativas relacionadas à falta de capacidade técnica, necessidade de cuidar do lar e da família, bem como fragilidades físicas e emocionais. Logo, estereótipos raramente exibem a mulher como alguém com condições de gerenciar um negócio rural, inviabilizando-a ante aos processos sucessórios (Cole, 1997; Dumas, 1998; Jimenez, 2009). Neste sentido, Curimbaba (2002) evidencia que, comumente, as mulheres são consideradas com seriedade para a sucessão intergeracional apenas em contextos de crise ou ainda quando não há sucessores homens.

Outro aspecto identificado se refere à necessidade constante de adaptação feminina para ocupar espaços historicamente masculinos. A Respondente E destaca que precisou mudar sua postura e forma de vestir para conquistar respeito. Salienta que “mudei totalmente meu jeito de agir e até minha forma de vestir [...] hoje, não sou tão feminina quanto gostaria, porque esse meio ainda não permite muito isso”. Sob esse aspecto, Macedo (2002) pondera que embora a mulher tenha contribuído para o desenvolvimento econômico das regiões, historicamente sua imagem está associada a fragilidade, indolência e luxúria, valores pregados pela própria Igreja (Auad, 2003).

Além de estereótipos relacionados a vestimentas e feminilidade que acabam provocando a necessidade de masculinização da mulher para ser respeitada no meio rural, os achados indicam necessidades de mudança comportamental como mecanismo de defesa e afirmação diante de um ambiente marcado pela desconfiança sobre a capacidade feminina de liderar propriedades rurais. A Respondente A relata que “precisei mudar bastante minha forma de me portar e de me comunicar. Nós mulheres precisamos cuidar mais do que falamos, porque somos julgadas de forma diferente.”

Nessa perspectiva, o gênero figura como uma percepção dual sobre as diferenças sexuais hierarquizadas, estabelecendo relações desiguais, com estereótipos concebidos por meio de construções sociais que delimitam quais papéis são adequados aos homens e às mulheres. Por consequência, ao longo da história, tais estereótipos estabeleceram comportamentos esperados para cada indivíduo em

função de seu gênero, incluindo os espaços que deveria ocupar e o tipo de educação que deveriam receber (Scott, 1995).

Essa necessidade de mudar a postura para conquistar respeito foi uma realidade constante na trajetória das participantes da pesquisa. A Respondente E evidenciou que precisou se tornar “mais firme” para evitar situações de desrespeito dentro da propriedade. Em outro momento, relatou que um funcionário afirmou que determinado serviço “não era lugar para ela”, demonstrando resistência à presença feminina em atividades tradicionalmente associadas aos homens.

Tais relatos evidenciam que, além das responsabilidades técnicas da gestão, as sucessoras também enfrentam uma pressão comportamental para serem aceitas no ambiente rural. Tratam-se de barreiras simbólicas e sociais impostas pelo machismo estrutural e que exigem das mulheres validação constante para manterem o respeito e a credibilidade. Sob esse aspecto, a literatura aponta que participar do mercado de trabalho na condição de mulher significa estar à mercê das pressões estéticas haja vista que se consideradas bonitas sua aprovação é associada à tal motivo, por exemplo. Além disso, os ambientes organizacionais e de negócios comumente associam a figura feminina à comportamentos comedidos e à obediência (Lima et al., 2013; Hryniewicz; Vianna, 2018; Muniz; Veneroso, 2019). Por consequência, as mulheres se veem na necessidade de ajustarem seus próprios comportamentos aos padrões masculinos (Rocha-Coutinho; Coutinho, 2011).

Um dos aspectos mais recorrentes nas entrevistas foi a percepção de que a autoridade feminina no agronegócio ainda é questionada. A Respondente A reportou que, certa vez, quando foi corrigir a atitude de um funcionário que estava agindo de forma equivocada dentro da propriedade se deparou com desrespeito e enfrentamento direto. Salienta que “bateu na mesa e disse que eu não poderia descontar um dia de trabalho dele, mesmo sem justificativa [...] tenho certeza que essa atitude não aconteceria se fosse meu pai falando” (Respondente A). Essa mesma respondente conta ainda que quando seu pai faleceu, as pessoas questionavam seus funcionários sobre continuar trabalhando na propriedade. Destaca que “não era algo pessoal, mas sim pelo fato de sermos mulheres à frente do negócio”.

Situação similar foi evidenciada pela Respondente E, a qual afirma que “meu maior desafio foi enfrentar o preconceito e a desconfiança [...] a maior dificuldade sempre foi lidar com os funcionários pois sempre trabalhei com homens mais velhos do que eu”. A entrevistada prossegue relatando ainda que “já vivi situações em que precisei lembrar aos funcionários que eu era a patroa da propriedade, porque alguns achavam que, por eu ser mulher, poderiam fazer o que quisessem e da maneira que quisessem”.

Para fomentar os preconceitos que cercam o empreendedorismo feminino, Aguiar (2022) evidencia que embora não haja diferenças significativas entre homens e mulheres quando se trata de empreendedorismo inicial, existem múltiplos obstáculos sociais que podem limitar o crescimento das mulheres nesse campo. De acordo com o autor, as empreendedoras participantes de seu estudo declararam enfrentar dificuldades na admissão de funcionários qualificados e na administração de conflitos interpessoais. Há ainda a dificuldade enfrentada por mulheres no âmbito do relacionamento com seus sócios homens em ambientes de negócio (Barbosa et al., 2011).

As entrevistadas revelam que o machismo estrutural está relacionado à herança cultural e familiar do meio rural. A Respondente C menciona que se tivesse um irmão homem, provavelmente ele seria visto como sucessor natural da propriedade e ela “nem estivesse no campo”. De igual modo, a Respondente A menciona que “percebo que para o meu irmão, é mais fácil conquistar a confiança, fazer contatos, negociações e se inserir no meio”. Essa percepção reforma a permanência de uma lógica patriarcal, na qual os homens ainda são associados à continuidade da atividade rural enquanto as mulheres são historicamente vinculadas ao espaço doméstico ou administrativo.

Não só o modelo de oposição, mas o modelo de igualdade (a mulher é igual ao homem) entre os gêneros reafirma a superioridade do homem sobre a mulher, porque ele é sempre referência. Do regime patriarcal, sobrou às mulheres a condição subalterna de ficar na retaguarda dos homens. Ser homem e ser mulher é mais uma hierarquia social, pela qual o homem – o ser perfeito – continua a ser critério de comparação com a mulher – o ser menos perfeito (Badinter, 1993: 08-09).

Outro aspecto enfatizado diz respeito a própria percepção feminina em relação à tais situações. Sob esse aspecto, a Respondente E relata que logo que assumiu os negócios da família “não me sentia muito bem, porque quase não via outras mulheres nesse meio, inclusive nas reuniões de produtores”. Essa situação reflete a importância das representações e do pertencimento, o que modifica a inserção feminina na estrutura de poder e influência de uma sociedade provocando um efeito transformador (Pinto, 1992). Em contrapartida, a Respondente C, mais jovem e responsável pela gestão da propriedade rural a menos tempo, salienta que se sente feliz por ver a participação feminina nas feiras agropecuárias.

Antigamente eram só homens que participavam e hoje vejo que estamos crescendo, mas ainda sim com bastante dificuldade [...] Sinto que, às vezes, esse espaço talvez nunca venha e a gente tenha que ganhar ele de forma agressiva, o que não é bom. E, em meu ponto de vista, não precisava ser assim.

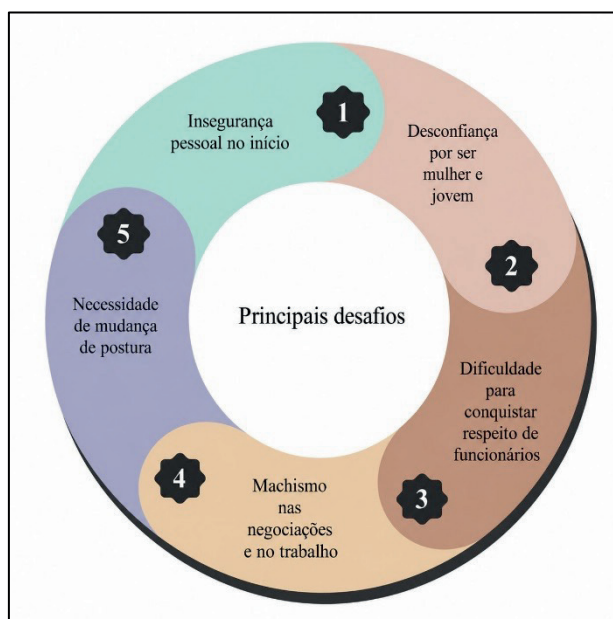
Esse achado corrobora para maximizar os desafios relacionados à sucessão intergeracional rural, pois cerca de 5% dos negócios rurais chegam até a terceira geração da família, o que compromete a preservação e a permanência dos empreendimentos agrícolas (SEBRAE, 2023). Em adição, a atenção do público feminino à gestão de propriedades rurais e a sua busca por reconhecimento e valorização tem contribuído para a inserção gradual de mulheres neste meio historicamente masculinizado (Araújo; Marques, 2019). Logo, reforça-se a importância das representações sociais para a promoção da autonomia e do empoderamento de mulheres no meio rural (Dantas, 2022).

Outro aspecto destacado pelas respondentes de menor faixa etária diz respeito ao ‘duplo preconceito’ que considera não apenas o gênero, mas também a sua idade. A Respondente A relata que “enfrento dificuldades, principalmente com mão de obra mais antiga [...] Já ouvi coisas como quem é tu para dizer que eu não posso fazer isso, mesmo eu sendo a responsável”. Situação similar foi mencionada pela Respondente C, que também reportou comentários de que “é apenas uma menina, não vai conseguir seguir” e de que não é incomum ouvir o termo “guriazinha” em ambientes de negociação. Esse panorama revela que por mais que tentem se posicionar profissionalmente, mulheres

jovens que gerenciam propriedades rurais são percebidas sob o prisma da infantilização e enfrentam dificuldade de terem sua autoridade reconhecida.

Nesse sentido, a Figura 1 apresenta um mapa mental que sintetiza os principais desafios enfatizados pelas participantes da pesquisa no que concerne à sucessão intergeracional de propriedades rurais em Dom Pedrito/RS, sob a perspectiva do machismo estrutural.

Figura 1 – Principais desafios enfatizados pelas participantes da pesquisa quanto a sucessão intergeracional nas propriedades rurais



Fonte: resultados da pesquisa (2026).

Os resultados evidenciam que a sucessão intergeracional feminina no meio rural ainda ocorre em um contexto marcado por desafios relacionados ao preconceito de gênero, à necessidade constante de legitimação da capacidade profissional e à dificuldade de reconhecimento da liderança feminina. Salienta-se que, se tais desafios foram percebidos por mulheres integrantes de famílias tradicionais do município e com elevado poder aquisitivo, que gerenciam propriedades rurais

reconhecidas na região, potencialmente mulheres rurais que detém menor nível de influência social, status e pertencentes a classes econômicas menos favorecidas potencialmente tendem a enfrentar dificuldades substancialmente mais acentuadas em decorrência do machismo estrutural.

Portanto, tendo em vista as transformações socioeconômicas na contemporaneidade, evidenciam-se mudanças que se manifestam nas relações sociais (Mendras, 1978), fomentando o debate acerca da participação feminina no universo rural (Melo; Di Sabbato, 2006). De acordo com Salvaro (2004), a inserção das mulheres nas atividades econômicas agrícolas é fundamental para a redução do êxodo rural dessa parcela da população e para combater a sua invisibilidade produtiva.

Considerações Finais

Os resultados demonstram que mesmo mulheres integrantes de famílias tradicionais do município, detentoras de status e elevado nível social relataram enfrentar desafios relacionados ao machismo estrutural. A desconfiança de suas competências técnicas, a necessidade constante de legitimar sua atuação profissional, mudanças de postura e de comportamento mais rígido em função do gênero figuraram como elementos relatados pelas respondentes. Nesse sentido, evidenciam-se insights acerca da incidência do machismo estrutural como um fenômeno multifacetado e ainda presente na contemporaneidade. E, se mulheres consideradas socialmente privilegiadas passaram por situações de preconceito em função do gênero no meio rural, a situação para mulheres enquadradas em outras classes sociais tende a ser mais pesadosa.

Além disso, os resultados reverberam que o machismo estrutural se manifesta não apenas por meio de práticas explícitas de discriminação, mas também através de comportamentos e percepções socialmente naturalizados que levam as mulheres a terem que comprovar constantemente sua capacidade profissional. Essa realidade contribui para a manutenção de preconceitos e para a dificuldade de reconhecimento da liderança feminina no meio rural, reforçando a importância de promover mudanças socioculturais que valorizam a igualdade de oportunidades e o respeito as

competências individuais, independentemente do gênero.

As contribuições do estudo respaldam-se em abordar um assunto complexo, polêmico e que ainda é visto como um tabu, sobretudo no meio rural. Apesar da inserção feminina nos diferentes ambientais laborais estar se expandindo, o machismo estrutural e suas implicações ainda representam um fenômeno que carece de atenção e, sobretudo, da adoção de medidas socioculturais efetivas capazes de mitigá-lo. Reconhece-se que por se tratar de algo historicamente imbuído na formação social do Brasil, os desafios são complexos, porém mudanças são essenciais tanto para a promoção de igualdade de oportunidades quanto para a consolidação de uma sociedade justa.

Reconhecem-se as limitações da pesquisa no que compete ao reduzido número de respondentes, o que se justifica pela dificuldade de encontrar mulheres que tivessem passado pelo processo de sucessão intergeracional em propriedades rurais no município analisado e que aceitassem participar do estudo. Outra limitação diz respeito a coincidência de que todas as participantes provêm de famílias historicamente tradicionais do município, o que limitou a heterogeneidade dos achados.

Para pesquisas futuras sugere-se a realização de uma investigação quantitativa e descritiva a fim de comparar os desafios enfrentados por sucessores e sucessoras de propriedades rurais no Rio Grande do Sul, o que pode contribuir para identificar o impacto das questões de gênero no processo intergeracional e na efetividade das práticas gerenciais. Também recomenda-se realizar estudos acerca da incidência do machismo estrutural em outros contextos, tais como no âmbito de cargos de liderança em organizações do agronegócio e em atividades de assessoria técnica desenvolvidas junto a produtores rurais, por exemplo.

Referências

Aguiar, H. M. (2022), “Mulheres negras empreendedoras no Brasil: suas barreiras e comportamento de superação para empreender”, Programa de Pós-Graduação em Administração (Dissertação de Mestrado). Universidade Nove de Julho, São Paulo.

Almeida, P. R.; Trentin, I. L. S.; Silva, D. M.; Guerra, D. (2025), “Atributos associados ao êxodo e à

sucessão familiar de jovens rurais da metade norte do Estado do Rio Grande do Sul-Brasil”, *Espacio Abierto: Cuaderno Venezolano de Sociología*, 34(3):163-184.

Anjos, F. S.; Caldas, N. V. (2005), “O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização”, *Ensaio FEE*, 26(1):661-694.

Araújo, A. S.; Marques, R. A. P. (2019), “Sucessão familiar: Qual é o perfil e quais são os desafios enfrentados pelas sucessoras no agronegócio?”, *Revista do COMINE*, 3(1):407-420.

Arnauld de Sartre, X.; Florentino, L. G.; Guerra, G. A. D.; Mastop-Lima, L.; Alves, A. M. N.; Guétat-Bernard, H. (2013), A inviabilidade do trabalho feminino na fronteira agrícola amazônica. In: Neves, D. P.; Medeiros, L. S. (Orgs.), “Mulheres camponesas”: trabalho produtivo e engajamento político. Niterói: Alternativa.

Auad, D. (2003), “Feminismo: que história é essa?”, Rio de Janeiro, DP&A.

Badinter, E. (1993), “XY: Sobre a identidade masculina”, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

Barbosa, F. C.; De Carvalho, C. F.; De Matos Simões, G. M.; Teixeira, R. M. (2011), “Empreendedorismo feminino e estilo de gestão feminina: estudo de casos múltiplos com empreendedoras na cidade de Aracaju – Sergipe”, *Revista da Micro e Pequena Empresa*, 5(2):124-141.

Bardin, L. (2016), “Análise de Conteúdo”, São Paulo, Edições 70.

Beauvoir, S. (2009), “O segundo sexo”, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

Bertoletti, V. A.; Fernandes, A. M. (2014), “Empreendedorismo feminino: desafios enfrentados por empreendedoras na Região da Serra Gaúcha/RS”, *Revista da FAE*, 27.

Breitenbach, R.; Corazza, G. (2020), “Jovens rurais do Rio Grande do Sul/Brasil: questões de gênero na sucessão geracional”, *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 16(3).

Bringel, F. C. M.; Godoi, E. D.; Ferreira, N. C. M.; Isidoro, J. L. E. (2024), “A dominação masculina no campo: um estudo da exclusão da mulher rural no acesso à terra e sua participação na economia rural”, *Revista Contemporânea*, 4(5):e4552-e4552.

Brumer, A. (2004), “Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul”, *Revista Estudos Feministas*, 12:205-227.

Brumer, A. (2007), A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: Carneiro, M. J.; Castro, E. G. (Eds.), “Jovens Rurais em Perspectiva”, Rio de Janeiro, Mauad.

Bruschini, C.; Lombardi, M. R. (2000), “A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo”, *Cadernos de Pesquisa*, 110:67-104.

Bühler, P.; Iserhardt, P. M.; Zuchetto, M. D. S.; Bruch, K. L. (2025), “As diferenças de gênero na transmissão das terras no Brasil”, 63º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Passo Fundo.

Camarano, A. A.; Abramovay, R. (1999), “Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos”, *Texto para Discussão nº 621*, Rio de Janeiro.

Carneiro, H. W. S.; Souza, B. J. (2024), “O lugar das masculinidades no enlace social: do conceito à práxis, uma revisão integrativa de literatura”, *Revista de Psicologia*, 18(73):412-429.

Carneiro, M. J. (2001), “Herança e gênero entre agricultores familiares”, *Revista Estudos Feministas*, 9(1):22-55.

Castro, E. G. de. (2016), “Juventude rural, do campo, das águas e das florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude”, *Revista de Ciências Sociais*, 45:193-212.

Costa, A. M. S. (2010), “Fatores econômicos e culturais na agricultura familiar: um estudo sobre o Oeste Catarinense”, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

Costa, C.; Camargo, K. C.; Narvaz, M. G. (2018), Violência de gênero no rural: gritos que ecoam pelo Pampa, In: Costa, C.; Marin, J. O. B. (Orgs.), “Gênero e Campesinato do Sul do Brasil: dominação

masculina e transformação”, Curitiba, CRV.

Cole, P. M. (1997), “Women in family business”, *Family Business Review*, 10:353-371.

Costa, M. R. C. (2011), “O futuro entre o rural e o urbano: Um estudo de caso sobre a juventude rural no município de Morro Redondo/RS”, Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar (Tese de Doutorado), Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Cruz, V. P.; Fernandes, A. M.; Cunha, E. P.; Santin, A. C. A. (2025), “Liderança feminina: desafios enfrentados por mulheres ao liderar empresas na Região da Serra Gaúcha/RS”, *Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo*, 10(1):92-120.

Curimbaba, F. (2002), “The dynamics of women’s roles as family business managers”, *Family Business Review*, 15:239-252.

Dantas, M. M. (2022), “Representações sociais e feminismo em contextos de ruralidade: um estudo com mulheres rurais do sertão da Bahia”, Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Da Costa, M. M. M.; Das Chagas Quintana, S. (2024), “As mulheres rurais e a luta pela igualdade de gênero no Brasil: uma análise à luz do ecofeminismo e da sustentabilidade”, *Humanidades em Perspectivas*, 8(20):41-50.

Diamor, S. S.; Sudré, C. A. G. W. (2021), “Sucessão familiar em propriedades rurais familiares no município de Londrina-PR”, *Gestão e Sociedade*, 15(42): 4236-4256.

Dos Santos Júnior, W. R. (2024), “Notas sobre patriarcado, gênero e cidade na Suméria, IV a II milênios AEC”, *Sertanias: Revista de Ciências Humanas e Sociais*, 5(1):1-31.

Dumas, C. (1998), “Women’s pathways to participation and leadership in the family-owned firm”, *Family Business Review*, 11(3):219-28.

Durán, M. A. (2000), “Uso del tiempo y trabajo no remunerado”, *Revista de Ciências Sociais*, 18:56-69.

FAO. (2021), Food and Agriculture Organization. “Making agrifood systems more resilient to shocks and stresses”. Roma: FAO.

Fischer, H.; Burton, R. (2014), “Understanding farm succession as socially constructed endogenous cycles” *Sociologia Ruralis*, 54(4):417-438.

Foguesatto, C. R.; Artuzo, F. D.; Lago, A.; Machado, J. A. D. (2016), “Relevantes para a Tomada de Decisão dos Jovens no Processo de Sucessão Geracional na Agricultura Familiar”, *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, 37(130):15-28.

Foguesatto, C. R., de Vargas Mores, G., Kruger, S. D., & Costa, C. (2020), “Will I have a potential successor? Factors influencing family farming succession in Brazil”, *Land Use Policy*, 97:1-6.

Gasson, R.; Errington, A. (1993), *The farm family business*, Wallingford, CAB International.

Garcez, S. M. (2011), “Sucessão dos módulos rurais familiares”, Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Direito, Goiás.

Gil, A. C. (2008), “Métodos e técnicas de pesquisa social”, São Paulo, Editora Atlas.

Glesse, J. A. D. (2022), “O protagonismo da mulher na gestão e sucessão da agricultura familiar, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável (Dissertação de Mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

Herrera, K. M.; Desconsi, C.; Birochi, R.; Pacífico, D. A. (2024), “Trabalho e gestão das mulheres na agricultura familiar: uma análise a partir de estudos feministas e de gênero”. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 62(3):e281922.

Hryniewicz, L. G. C.; Vianna, M. A. (2018), “Mulheres em posição de liderança: obstáculos e expectativas de gênero em cargos gerenciais”, *Cadernos Ebape.BR*, 16(3):331-344.

IBGE. (2017), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: outras formas de trabalho”. Disponível em: <[https:// biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes &id=2101560](https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101560)>. Acesso em 20 de maio de 2026.

IBGE. (2022), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “Tabela 10089: População residente, total e quilombola, por sexo e grupos de idade, segundo localização e situação de domicílio”. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/10089>>. Acesso em 10 de outubro de 2025.

Jimenez, R. M. Z. (2009), “Research on Women in Family Firms: Current Status and Future Directions”, *Family Business Review*, 22(1):53-64.

Lemenhe, M. A. (1996), “Família, tradição e poder: o (caso) dos coronéis”, São Paulo, Annablume.

Lima Rode, C. (2023), “Protagonismo feminino no campo uma análise sobre a sindicalização de mulheres e suas atuações na FETAG-RS”, Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Ciências Sociais Licenciatura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Tramandaí.

Lima, G. S.; De Carvalho Neto, A. M.; Lima, M. S.; De Barros, B. T.; Versiani, F. (2013), “O teto de vidro das executivas brasileiras”, *Pretexto*, 14(4):65-80.

Machado, M. A. (1996), “O trabalho feminino na indústria de Caxias do Sul-1900/1930”, *Estudos Ibero-Americanos*, 22(2):177-194.

Macedo, J. R. (2002), “A mulher na idade média”, São Paulo, Contexto.

Magnus, M. C. M. (2024), “Dona Augusta e suas relações com o campo e a educação: história de vida de uma mulher camponesa”, *Revista UFG*, 24.

MAPA. (2024), Ministério da Agricultura e Pecuária. “Os 100 Municípios com maior participação no valor da produção da agricultura brasileira”. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/2024/mapa-divulga-os-100-municipios-mais-ricos-do-agronegocio-em-2023/os-100-municipios.pdf>>. Acesso em 26 de maio de 2026.

Marconi, M. A.; Lakatos, E. M. (2003), “Fundamentos de metodologia científica”, São Paulo, Editora Atlas.

Marques, A. P.; Silva, L. A. (2022), “Negociação da sucessão intergeracional nas “mãos da família”: testemunhos de empresas familiares portuguesas e brasileiras”, *Configurações: Revista Ciências Sociais*, 30:69-90.

Matos, R. A.; Albuquerque, C. S. (2023), “Questão social, divisão sexual do trabalho e saúde mental na pandemia”, *Revista Katálisis*, 26(1):43-53.

Melo, L. A. (2006), “Crédito rural no Brasil: uma realidade para a mulher agricultora familiar”, *Coordenação Geral de Estudos Ambientais e da Amazônia CEAMB*, Recife-PE, 1-9.

Melo, H.; Di Sabatto, A. (2006), *Mulheres rurais: invisíveis e mal remuneradas*. In: MDA-PPIGRE. “Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul”, Brasília: MDA- NEAD.

Menasche, R.; Escher, M. S. (1996), “Gênero e Agricultura Familiar: Cotidiano de Vida e Trabalho na Produção de Leite”, Curitiba, Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Paraná.

Mendes, D. M.; Reis, M. dos. (2010), “Juventude da agricultura familiar: gênero em foco. In: Seminário Internacional fazendo gênero: Diásporas, diversidades, deslocamentos”, Santa Catarina, UFSC.

Mendras, H. (1978), “Sociedade camponesas”, Rio de Janeiro, Zahar.

Monteiro, J. M. (2009), “Família, poder local e dominação: um estudo sobre os processos de disputas políticas entre a(s) família (s) Ernesto-Rêgo em Queimadas/Paraíba”, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande.

Muniz, J. O.; Veneroso, C. Z. (2019), “Diferenciais de Participação Laboral e Rendimento por Gênero e Classes de Renda: uma Investigação sobre o Ônus da Maternidade no Brasil”, *Dados*, 62(1):e20180252.

Narvaz, M. G.; Koller, S. H. (2006), “Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa”, *Psicologia & Sociedade*, 18(1):49-55.

Nascimento, M. M. (2022), “Violências contra as mulheres: consequências de uma sociedade patriarcal e racista?” *Studies in Social Sciences Review*, 3(1):133-146.

Neves, G. C.; Sebastiani, R.; Oliveira, R. E. (2021), “Mulheres agricultoras e agroextrativistas e seu papel na conservação da biodiversidade e na promoção da agroecologia”, *Cadernos de Agroecologia*,

16(1).

Neves, J. A. S.; Schneider, S. (2015), “Brazilian demographic transition and the strategic role of Youth”, *Espace Populations Sociétés*, 2/3:23.

Oliveira, W. M.; Filho, J. E. R. V. (2018), “Sucessão nas fazendas familiares: problemas e desafios”. Brasília, Ipea. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8358/1/td_2385.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2026.

Oliveira, T. M. P.; Mattos, E. I. (2025), “A contribuição do feminismo na sociedade patriarcal”, *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 11(3):276-287.

Oliveira, T. M. V de. (2001), “Amostragem não probabilística: adequação de situações paa uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas”, *Administração on line*, 2(3):1-7.
Paulilo, M. I. S. (2004), “Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise”, *Estudos Feministas*, 12(1):229-52.

Policarpo, D. R. (2023), “Maternidade, machismo estrutural e dispositivo de gênero: deslocamentos necessários à psicanálise atual”, Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Pinto, C. (1992), *Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político*. In: Costa, A. de O.; Bruschini, C. (Orgs.), “Uma questão de gênero”, São Paulo, Rosa dos Ventos.

Quintana, S. C. (2025), “A transversalidade de gênero nas políticas públicas em busca da concretização do direito à saúde das mulheres trabalhadoras rurais do município de Rio Pardo/RS”, Programa de Pós-Graduação em Direito (Dissertação de Mestrado), Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul.
Ramborger, B. M.; Borba, M. D. C.; Kuhn, J. G.; Kindlein, L. (2022), “Sucessão geracional rural em propriedades de sistemas integrados de suínos e aves no vale do Taquari/RS”, *Informe GEPEC: Revista de Desenvolvimento Regional e Agronegócio*, 26(2): 210-226.

Reverbel, C. (1986), “O gaúcho: Aspectos de sua formação no Rio Grande do Sul e no Rio da Prata”, Porto Alegre, L&PM.

Rio Grande do Sul (2021a), Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação. “Pesquisas buscam traçar

perfil das mulheres rurais gaúchas”. 12 de novembro de 2021. Disponível em: <<https://seapi.rs.gov.br/pesquisa-aprofunda-conhecimento-sobre-mulheres-rurais>>. Acesso em 09 de setembro de 2025.

Rio Grande do Sul (2021b), Departamento de Economia e Estatística. “Estudo do DEE/SPGG aponta a desigualdade de gênero nas atividades ligadas ao campo”. 12 de novembro de 2021. Disponível em: <<https://dee.rs.gov.br/estudo-do-dee-spgg-aponta-desigualdade-de-genero-nas-atividades-ligadas-ao-campo-no-rs>> Acesso em 09 de setembro de 2025.

Rocha-Coutinho, M. L.; Coutinho, R. R. (2011), “Mulheres brasileiras em posições de liderança: Novas perspectivas para antigos desafios”, *Economia Global e Gestão*, 16(1):61-79.

Rodigheri, R.; Grzybovski, D.; Da Silva, M. H. (2023), “Gestão de propriedades rurais familiares: dificuldades, desafios e sucessão”, *Organizações Rurais & Agroindustriais*, 25:e1980-e1980.

Rossato, A.; Zonatto, P. A. F.; Dalla Nora, L. D. (2023), “Mulheres gestoras: os principais desafios da liderança feminina no agronegócio”, *Saber Humano: Revista Científica da Faculdade Antonio Meneghetti*, 13(23):53-83.

Salvaro, G. I. J. (2004), “Jornada de trabalho de mulheres e homens em um assentamento do MST”, *Revista Estudos Feministas*, 12(1):321-330.

Saffioti, H. (2004), “Gênero, patriarcado, violência”, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

Sales, C. M. V. (2007), “Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos”, *Revista Estudos Feministas*, 15:437-443.

Scalon, L. (2021), “Jovens mulheres e a sucessão na agricultura familiar: um olhar a partir das Casas Familiares Rurais de Saudade e Modelo, Santa Catarina”, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Schneider, C. O.; Godoy, C. M. T.; Wedig, J. C.; Vargas, T. D. O. (2020), “Mulheres rurais e o protagonismo no desenvolvimento rural: um estudo do município de Vitorino, Paraná”, *Interações*, 21(2):245-258.

Scott, J. (1995), “Gênero: categoria útil de análise”, *Educação e Realidade*, 20(2):71-99.

SEBRAE (2023), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, “Relatório de Inteligência Sucessão Familiar Rural”. Disponível em: <<https://sebraepr.com.br/impulsiona/sucessao-familiar-rural-planejamento-para-o-futuro-do-agro/?srsltid=AfmBOooRlPhEnFTjo1L9UL6edVXktTubr36SgXqELCWWIKee7FBJuPlf>>. Acesso em 01 de junho de 2026.

Signori, A. A. (2017), “Sem nome, sem profissão e sem herança: a construção da invisibilidade das mulheres no processo de colonização do Oeste de Santa Catarina” XXI Seminário Internacional Fazendo Gênero& 13th Women’s Worlds Congress, Florianópolis.

Silva, C. S.; Monteiro, D.; Araújo, A. E. (2025), “Juventudes da Agricultura Familiar Camponesa: análise socioeconômica e ecológica no Território da Borborema (Paraíba, Brasil)”, *Revista NERA*, 28(3):e10667.

Silva, G. B.; Mendes, P. P. E. (2015), As relações de gênero na agricultura familiar: a comunidade Ribeirão no município de Catalão (GO). In: Neves, A. F.; Ferreira, I. M.; Paula, M. H.; Anjos, P. H. R. (Orgs.), “Coletânea interdisciplinar em pesquisa, pós-graduação e inovação”, São Paulo, Edgard Blücher.

Siqueira, Á. F.; Santana, P. S.; Saldanha, M. E. S. (2025), “Mulheres no mercado de trabalho”, *Periódicos Brasil: Pesquisa Científica*, 4(1):2689-2702.

Stochero, L.; Pinto, L. W. (2023), “Violência contra as mulheres que vivem em contextos rurais: uma revisão integrativa”, *Saúde e Sociedade*, 32(3):e210595pt.

Tasso, C. G.; Spanevello, R. M. (2022), “O papel das mulheres nas propriedades rurais e a construção da sucessão geracional”, V Colóquio Nacional e I Internacional de Pesquisas em Agronegócios. Universidade Federal de Santa Maria, Palmeira das Missões.

Tolotti, C. M. F.; Kruger, S. D.; Petri, S. M. (2018), “Características do processo de sucessão familiar: uma abordagem em entidades rurais de Santa Catarina”, *Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI*, 14(26):97-109.

Volpato, D.; Vieira, A. C. P.; Zilli, J. C. (2018), “Inovação e sucessão familiar: uma busca sistemática”,

Revista Brasileira de Gestão e Inovação, 6(1):121-141.

Vasconcelos, C. R. D. (2022), “Desafios da permanência e da sucessão rural dos jovens no campo: a política pública de promoção do acesso à terra em duas regiões no estado de Minas Gerais”, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Dissertação de Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Viana, J. G.; Silva, C. S. (2020), “Instituições na pecuária de corte e sua influência sobre o avanço da sojicultura na Campanha Gaúcha – Brasil”, Revista de Economia e Sociologia Rural, 58(4).

Vilhena, J. C. F. (2011), “Pelos olhos do povo: uma análise sobre a presença de famílias tradicionais politicamente, ou com poder político, no processo eleitoral de 2008 no município de Macapá”, Curso de Bacharelado e Licenciatura Plena em Ciências Sociais (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal do Amapá, Macapá.

Wanderley, M. N. B. (2007), Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: Carneiro, M. J.; Castro, E. G. (Orgs.), “Juventude rural em perspectiva”, Rio de Janeiro, Mauad X.

Weisheimer, N. (2019), “Situação juvenil e projetos profissionais de jovens agricultores familiares no Recôncavo da Bahia”, Estudos Sociedade e Agricultura, 27(1):67-94.